

CONTO DAS TRÊS RAÇAS: O NACIONALISMO À BRASILEIRA E SEU MITO FUNDADOR

Ana Amélia Silva Carvalho
Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense
anaameliascarvalho@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar a relação entre memória, esquecimento e nacionalismo à brasileira. Partindo da premissa de que, apesar de sua plasticidade de sentidos, os nacionalismos possuem em comum uma estrutura narrativa ligada à temporalidade, a pesquisa busca compreender como o Brasil foi e é *imaginado*, a partir do que foi produzido acerca da origem e do destino da nação. A “mistura das três raças” aparece como seu grande mito fundador e a miscigenação como característica central da identidade nacional brasileira. Assim, nota-se uma estreita e singular relação entre questões nacional e racial no país. Nesse cenário, a pesquisa busca compreender como a manipulação da narrativa sobre o passado colonial e escravista do Brasil, a partir do que se escolhe lembrar ou esquecer, deu e segue dando sustentação ao nacionalismo à brasileira. Para tanto, a partir de uma metodologia bibliográfica, qualitativa, crítico-dialética, inicialmente, será investigada a relação entre os nacionalismos, no geral, e a memória e o esquecimento. Depois, as questões racial e colonial serão objeto da pesquisa para que possam, ao final, ser relacionadas à questão nacional brasileira.

Palavras-chave: Nacionalismo, esquecimento, miscigenação.

Abstract

The objective of this work is to investigate the relationship between memory, forgetting and Brazilian nationalism. Based on the premise that, despite their plasticity of meaning, nationalisms share a narrative structure tied to temporality, the research seeks to understand how Brazil was and is imagined, based on what was produced about the origin and destiny of the nation. The "mixture of three races" appears as its great founding myth, and miscegenation as a central characteristic of Brazilian national identity. Thus, a close and singular relationship between national and racial issues in the country is noted. In this context, the research seeks to understand how the manipulation of the narrative about Brazil's colonial and slave-owning past, based on what is chosen to remember or forget, has given and continues to support Brazilian nationalism. To this end, using a bibliographical, qualitative, critical-dialectical methodology, the relationship between nationalisms in general and memory and forgetting will initially be investigated. Subsequently, racial and colonial issues will be the focus of the research so that they can ultimately be linked to the Brazilian national question.

Keywords: Nationalism, forgetting, miscegenation.

I. Introdução

No dia 19 de novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra no Brasil, João Alberto Silveira Freitas, homem negro, foi espancado até a morte por dois homens brancos em um supermercado em Porto Alegre/RS¹. O dia seguinte foi marcado por inúmeras manifestações contra o caso de racismo, ocorridas em diferentes cidades brasileiras². Jair

¹G1 RS. Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre. 20 nov 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>.

²G1 Jornal Nacional. Morte de João Alberto provoca protestos em várias cidades. 20 nov 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/20/morte-de-joao-alberto-provoca-protestos-em-varias-cidades.ghtml>

Bolsonaro, presidente do Brasil à época, utilizou sua fala no encontro do G-20, ocorrido em 21 de novembro, para dizer o seguinte:

Antes de adentrarmos o tema principal desta sessão, quero fazer uma rápida defesa do *caráter nacional brasileiro* em face das tentativas de importar para o nosso território tensões *alheias à nossa história*. O Brasil tem uma cultura diversa, *única entre as nações*. *Somos um povo miscigenado*. *Branços, negros e índios edificaram o corpo e o espírito de um povo rico e maravilhoso*. Em uma única família brasileira podemos contemplar uma diversidade maior do que países inteiros. Foi a essência desse povo que conquistou a simpatia do mundo (...) Como homem e como presidente, *enxergo todos com as mesmas cores: verde e amarelo*. Não existe uma cor de pele melhor do que as outras. O que existem são seres humanos, bons e maus, e são as nossas escolhas e valores que determinarão qual dos dois grupos nos incluiremos. *Aqueles que instigam o povo à discórdia, fabricando e promovendo conflitos, atentam não somente contra a nação, mas contra nossa própria história*³ (Bolsonaro, 2020).

A transcrição é bastante representativa daquilo que este artigo busca investigar: a relação entre a produção da memória/esquecimento e a narrativa nacionalista brasileira. Por duas vezes em sua fala, o ex-presidente recorre à “história” para argumentar que o povo brasileiro, por ser “miscigenado”, não conheceria “o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão de raças”, como se uma coisa fosse consequência lógica da outra. Diferentemente, sua “diversidade” e sua “simpatia” seriam marcas daquilo que tem de “único” perante o mundo.

É fato que, na última década, a política mundial esteve marcada pela ascensão de movimentos de extrema-direita e o Brasil é um dos casos mais representativos disso. Como parte desse processo, há a expansão de discursos nacionalistas, a despeito da força da globalização. No caso brasileiro, o fenômeno é marcado por frases como “Brasil acima de tudo”⁴ e pela apropriação das cores da bandeira e do próprio símbolo nacional, por exemplo.

Com efeito, os nacionalismos possuem plasticidade de sentidos e só podem ser pensados a partir de sua relação com significantes como “origem”, “terra”, “língua”, “raça”, “religião”, “comunidade” e “povo” (Castelo Branco, 2020, p. 20). Estão sempre ligados ao significado de “nação”, semióforo-matriz na política utilizado como “objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa” (Chauí, 2001, p. 11). Comparado a temas como o Estado e a sociedade civil, o nacionalismo não é objeto de muitos estudos na filosofia e nas ciências sociais e políticas. Talvez por isso, Anderson (2008, p. 31) tenha afirmado que “ao contrário da maioria dos outros ‘ismos’, nunca gerou grandes pensadores próprios: nenhum Hobbes, Tocqueville, Marx ou Weber (...)”.

Apesar de sua indeterminação conceitual, é possível identificar uma estrutura narrativa comum às expressões nacionalistas, ligada à temporalidade. A identidade nacional está sempre relacionada a um fio condutor imaginário, que liga um *momento fundador original* a uma *tarefa teleológica da nação*: “os nacionalismos invariavelmente *olham para o futuro*, amparados pela *imagem e um passado imaginado* que permite localizar a nação em seu lugar mais próprio (...) em meio ao desenvolvimento das nações e da história da humanidade de maneira geral” (Castelo Branco, 2020, p. 22).

No Brasil de forma específica, assim como reforçado pelo problemático discurso do ex-presidente em 2020, parece que o mito fundador do povo e da nação é calcado na

³ Grifos meus. G1 Jornal Nacional. Bolsonaro diz que tensões entre raças no Brasil são importadas e alheias à nossa história. 21 nov 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/21/bolsonaro-diz-que-tensoes-entre-racas-no-brasil-sao-importadas-e-alheias-a-nossa-historia.ghtml>

⁴ Parte do *slogan* de campanha do Presidente do Brasil eleito em 2018, Jair Bolsonaro, que se completa pela expressão “Deus acima de todos”.

chamada “mistura de três raças: índios⁵, negros e brancos”, estes últimos representados sobretudo pelos portugueses. A miscigenação, dessa forma, aparece ao mesmo tempo como marco original e identidade nacional brasileira, mas a forma como ela foi pensada e elaborada, sobretudo por intelectuais dos séculos XIX e XX, foi bastante diversa.

Conforme será demonstrado ao longo do trabalho, é possível delinear um percurso de interpretações sobre o mito fundador mencionado, a miscigenação, de “causa da degeneração” do povo à suposta prova da existência de uma “democracia racial”, passando por “promessa de branqueamento”. A verdade, entretanto, é que tais teorias conviveram e talvez ainda convivam umas com as outras e não necessariamente devem ser tratadas como antagônicas.

O *passado imaginado*, articulado pelas expressões nacionalistas brasileiras, portanto, faz com que as questões nacional e racial⁶ estejam completamente interligadas e, como demonstrado pela fala de Bolsonaro acima exposta, ele ressoa até os dias de hoje no debate político. Nesse cenário, este trabalho busca compreender como a manipulação da narrativa sobre o passado colonial e escravista do Brasil, a partir do que se escolhe lembrar ou esquecer, deu e segue dando sustentação ao nacionalismo à brasileira. Para tanto, a partir de uma metodologia bibliográfica, qualitativa, crítico-dialética, inicialmente, será investigada a relação entre os nacionalismos e a memória e o esquecimento. Depois, as questões racial e colonial serão objeto da pesquisa para que possam, ao final, ser relacionadas à questão nacional brasileira.

II. Nacionalismo e esquecimento motivado

Produto a princípio do idealismo alemão e do iluminismo, o nacionalismo costuma aparecer como resposta a problemas políticos e históricos diversos, invocando a unidade nacional e atribuindo, a partir de interesses e contextos determinados, uma significação específica à ideia de “nação”. Antes de 1884, segundo Hobsbawm (1990, p. 27) “a palavra *nación* significava simplesmente ‘o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino’ e também ‘um estrangeiro’”. Na modernidade, ela passa a ser identificada com a própria estrutura jurídico-política do Estado-nação. O nacionalismo, nesse contexto, funciona como uma espécie de “argamassa” que possibilitaria a idealização de “uma solidariedade social entre indivíduos que não possuem nenhum vínculo de parentesco entre si” (Castelo Branco, 2020, p. 16).

Como mencionado na introdução, os nacionalismos somente podem ser pensados a partir de sua relação com outros conceitos. Sua definição muitas vezes está ligada a uma suposta unidade de etnia, língua, religião ou cultura de um povo. A reivindicação, nesse caso, não é somente pelo pertencimento político, mas sobretudo pelo pertencimento cultural, marcado pela necessidade de cultivo e manutenção de uma tradição própria. Para Castelo Branco (2020, p. 25), a fusão entre as duas formas de pertencimento, político e cultural, “tem como efeito *mascarar ou produzir uma mistificação a respeito das bases da realidade social, econômica e política* sobre a qual se assentam os apelos nacionalistas”.

As expressões nacionalistas mantêm relação com a temporalidade, na medida em que relacionam um passado imaginado a uma aspiração por um futuro glorioso. Há sempre na sua definição características que explicam ao mesmo tempo *origem e destino da nação*. Hobsbawm (1990, p. 50) esclarece que a nação e seu desenvolvimento representavam, para

⁵ Sabemos que o uso do termo tem sido criticado pelos movimentos indígenas, na medida em que se trata de denominação realizada pelo colonizador, de forma genérica, sem considerar as especificidades e a diversidade dos povos originários. Aqui, como o objetivo é destacar a “mistura de raças” como uma espécie de mito fundador do Brasil, optou-se por manter a denominação majoritariamente utilizada por aqueles que criaram e difundiram tal mito, sem, contudo, deixar de apontar a necessária crítica.

⁶ Cientes da superação de toda e qualquer concepção biológica ou essencialista de raça, trabalharemos o termo a partir da compreensão de que ele se refere à categoria historicamente construída, que, no entanto, produz efeitos concretos na realidade.

os teóricos liberais, “uma fase do progresso ou da evolução humana que ia do pequeno ao grande grupo, da família à tribo, à região, à nação e, em última instância ao mundo unificado do futuro”.

Com efeito, Anderson define a nação como “uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (2008, p. 34). Sua limitação é explicada pela inevitabilidade de existência de fronteiras, enquanto a soberania decorre do fato de que ela teria surgido, no seu sentido moderno, como consequência da busca iluminista por destruir e substituir a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina. O historiador irlandês ainda afirma que o uso da palavra “imaginada” tem o objetivo de destacar que a invenção da comunidade não necessariamente significa algo ruim, identificado como “falso”, por exemplo. Para ele, diferentemente, invenção pode significar “criação”. Isso porque “qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada” (Anderson, 2008, p. 35). Nesse sentido, para ele, o que distingue as nações enquanto comunidades não é sua autenticidade ou falsidade, mas o *modo* como são imaginadas.

Pode-se dizer que o primeiro texto célebre sobre nacionalismo foi aquele desenvolvido a partir do discurso de Ernest Renan, filósofo e historiador francês, proferido na Sorbonne em 1882, denominado “*O que é uma nação?*”. Nele, Renan traz a famosa metáfora do plebiscito diário, afirmando que não a homogeneidade, mas a *vontade perpetuamente renovada* seria o principal requisito para a existência de uma nação: “Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas conjuntamente, querer fazer ainda, eis as condições essenciais para ser um povo” (Renan, 2011, p. 18). Ele evidencia, contudo, que o *esquecimento* é um fator fundamental para que se possa chegar a uma “narrativa comum” de um passado glorioso.

O esquecimento, e diria, mesmo o erro histórico são um fator essencial da criação de uma nação, e é assim que o progresso dos estudos históricos é freqüentemente para a nacionalidade um perigo. A investigação histórica, na verdade, traz à luz os fatos da violência que se passaram na origem de todas as formações políticas, mesmo daquelas das quais as consequências foram as mais benfazejas. *A unidade se faz sempre brutalmente*⁷ (...) Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido coisas. (Renan, 2011, pp. 05/06).

Renan passa seu discurso afastando critérios como raça, língua, religião e geografia para definição da nação e defendendo que ela é criada quando “uma grande agregação de homens, são de espírito e quente de coração, cria uma consciência moral” (Renan, 2011, p. 20). Tal definição demonstra que, para ele, seria possível a admissão de novos membros em um grupo constituído enquanto “povo”, desde que haja uma “identificação com a grande narrativa nacionalista que é composta pela memória e pela narrativa histórica, lapidada com os instrumentos fornecidos pelo esquecimento” (Castelo Branco, 2020, p. 226). Fazendo uma analogia à formação da identidade de uma pessoa a partir de registros como fotografias e certidões, Anderson (2008, p. 278) também reforça a importância do esquecimento para os nacionalismos: “Todas as mudanças profundas na consciência, pela sua própria natureza, trazem consigo amnésias típicas. Desses esquecimentos em circunstâncias históricas específicas, nascem as narrativas”.

Com o intuito de exemplificar seu ponto, Renan (2011, p. 06) afirma que “todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu”. Ocorre que ele não explica o evento, o que demonstra a contraditória presunção de que os franceses “já tinham esquecido” o que as suas próprias palavras supunham que eles lembrariam naturalmente!” (Anderson, 2008, p. 273). Isso acontece na medida em que Renan alude a uma espécie de esquecimento voluntário, *motivado*. Nesse aspecto, sua teoria parece fazer referência a algo muito

⁷ Grifo meu.

semelhante ao que Freud nomeou como *recalque*, forma ativa, interpretativa, de censura a serviço do inconsciente.

Para Castelo Branco (2020, p. 227), “há uma profunda semelhança na forma como a obra freudiana compreende a função da história e da tradição (nacional) e o modo como Renan articula vontade e esquecimento”. Verifica-se, por exemplo, em *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*:

O ponto de vista aqui desenvolvido - de que as lembranças aflitivas sucumbem com especial facilidade ao esquecimento motivado - merece ser aplicado em muitos campos que até hoje lhe concederam muito pouca ou nenhuma atenção. Assim, parece-me que ele ainda não foi enfatizado com força suficiente na avaliação dos testemunhos prestados nos tribunais, onde é patente que se considera o juramento da testemunha capaz de exercer uma influência exageradamente purificadora sobre o jogo de suas forças psíquicas. É universalmente reconhecido que, no tocante à origem das tradições e da história legendária de um povo, é preciso levar em conta esse tipo de motivo, cuja meta é apagar da memória tudo o que seja penoso para o sentimento nacional. (Freud, 1901, p. 99).

O conteúdo supostamente esquecido para Renan, a partir de uma interpretação psicanalítica, passa a ser compreendido como *recalcado*, ou seja, como negado simbolicamente. O historiador ainda demonstra preocupação com o retorno da lembrança recalcada, na medida em que a nação depende da reiteração diária da adesão de um povo a uma narrativa e que, por essa razão, “a historiografia possui uma responsabilidade fundamental a respeito da vontade de renovação desse contrato social a partir de suas formas de investigação e de disseminação da tradição nacional” (Castelo Branco, 2020, p. 231). É importante levar em conta que essa produção da memória não é dada ao acaso. Os estudos historiográficos, no geral, partem de escolhas quanto ao que é destacado e o que é ocultado do passado e não raramente o historiador “estabelece uma relação de empatia com o vencedor” ou com o “dominador”, conforme alertado por Walter Benjamin (1987, p. 225).

III. Nacionalismo, Colonialismo e Racismo

Como já mencionado no trabalho, a forma como as nações e o nacionalismo passam a ser pensados muda com o advento da modernidade e com a centralidade que é dada ao *progresso*, elencado por Habermas (2000, p. 12) como um dos conceitos dinâmicos da consciência da época, que surgem a par das expressões “tempos modernos” e “novos tempos”. A modernidade é marcada por estar sempre dirigida para o futuro, para o que há de novo e pode ser entendida como uma “espécie de nova consciência do tempo, que se inscreve na aurora do nascimento das novas formas políticas europeias” (Castelo Branco, 2020, p. 96).

Ocorre que o pensamento moderno recusa a incerteza do porvir e, por isso, traz consigo uma espécie de garantia de progresso, desenvolvimento ou “evolução”. Essa promessa tornou-se hegemônica após a difusão do pensamento de Darwin, que chegou a afirmar, por exemplo, que “como a seleção natural opera unicamente por meio do bem e para o bem de cada ser, todos os dons corporais e mentais tenderão progredir rumo à perfeição” (Darwin, 2018, p. 478). Uma interpretação equivocada, extensiva, da teoria darwinista contribuiu para a elaboração de teorias racistas que posicionaram grupos de pessoas e suas instituições sociais na “escala da evolução”.

Com os fundamentos elencados, o processo de colonização do tempo e do espaço pelo “homem europeu” se utilizou das noções de etnia e de raça como justificativas para as diferenças particulares entre grupos e seus modos de vida. O racismo foi responsável por posicionar tais diferenças em um ponto do desenvolvimento teleológico de uma suposta história da humanidade, criando uma noção de hierarquia entre esses grupos. As nações, como demonstrado no segundo tópico, também foram localizadas nesse processo supostamente linear, que vai do primitivo ao civilizado ou da tribo ao “mundo unificado do futuro”.

Na América Latina, e especificamente no Brasil, pensar as expressões nacionalistas passa por pensar sua relação com o processo de colonização e de importação de criações da modernidade, como o Estado-nação, para contextos muito diferentes daquele onde surgiram. Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano, esse é um dos casos em que a transposição da perspectiva eurocêntrica para a realidade latino-americana acabou funcionando como um espelho que distorce o que tenta refletir. A perspectiva mencionada pelo sociólogo é marcada pela ideia de que a racionalidade moderna seria um produto europeu fundamental para o progresso e para o desenvolvimento de toda a humanidade. A partir dessa base de natureza epistêmica, a relação entre colonizados e colonizadores foi permeada por categorias como primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional e tradicional-moderno, por exemplo (Quijano, 2005, p. 122).

Nesse contexto, a ideia de raça adquire novos contornos, sobretudo por ser associada às ideias de evolução e de progresso, assim como já apontado no trabalho. Como afirma Castelo Branco (2020, p. 244), a questão racial, antes tributária das ciências da natureza, passa a ser um “problema” da antropologia filosófica uma vez que ajudaria a responder a típica pergunta moderna “o que é o homem?”. O tema foi objeto de estudo, por exemplo, de Kant, que, animado pelas “descobertas” propiciadas pelas navegações colonizadoras a respeito da “multiplicidades no gênero humano” (KANT, 2012, p. 28), escreveu textos como “Das diferentes raças humanas” (1775) e “Determinação de um conceito de raça humana” (1785).

Ainda que algumas teorias, como a kantiana, não necessariamente tenham apresentado uma proposta expressa de hierarquização das raças, é fato que “a ampliação do horizonte espacial europeu seguiu, pois, lado a lado, com um estrangimento e uma retração de sua imaginação cultural e histórica” (Mbembe, 2018, p. 40). A partir das categorias acima listadas, os povos colonizados e escravizados foram sendo classificados como mais ou menos civilizados, mais ou menos racionais, tendo como elemento de referência o “indivíduo moderno universal”, estrategicamente identificado como o próprio “homem branco europeu”.

Aliás, há bem pouco tempo, a ordem do mundo fundava-se num dualismo inaugural que encontrava parte de suas justificações no velho mito da superioridade racial. Em sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade. Sendo o rincão mais “civilizado” do mundo, só o Ocidente foi capaz de inventar um “direito das gentes”. Só ele conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendida como um espaço público de reciprocidade do direito. Só ele deu origem a uma ideia de ser humano dotado de direitos civil e políticos, permitindo-lhes exercer seus poderes privados e públicos como pessoa, como cidadão pertencente ao gênero humano e, enquanto tal, interessado por tudo que é humano (...).

O Resto - figura, se tanto, do dessemelhante, da diferença e do poder puro do negativo - constituía a manifestação por excelência da existência objetificada. (Mbembe, 2018, p. 29).

Quanto ao tema, Mignolo fala sobre as etapas da lógica da colonialidade apresentadas positivamente na retórica da modernidade. Ele menciona que a primeira delas foi a de salvação das almas de não-cristãos, a qual foi transformada, na segunda etapa, em “missão civilizatória fora da Europa”, a partir do controle e da administração de corpos nos Estados-nação emergentes: “a teopolítica transformou-se em egopolítica” (Mignolo, 2017, p. 08). Esse processo não se interrompeu com o fim da colonização e, nesse sentido, nesses territórios, nossa hipótese é de que não há necessária oposição entre nacionalismo e colonialidade, uma vez que ambos possuem bases epistemológicas comuns, vinculadas a uma suposta história universal do desenvolvimento humano iniciada na Europa.

Não se nega que, como afirmado no segundo tópico do trabalho, a unidade somente seja alcançada com alguma violência e, nesse sentido, a história de todas as nações, inclusive europeias, é carregada de contradições. Além disso, há que se reconhecer que existe grande diversidade cultural, econômica e social entre os países colonizadores e

também entre os países colonizados, externamente e internamente. As experiências históricas nunca são as mesmas e no interior de todo conjunto de pessoas denominado “povo” existem inúmeros conflitos, inclusive de classe. O objetivo desta seção do trabalho foi, no entanto, apontar especificidades percebidas na experiência dos países colonizados, em especial da América Latina, no que concerne à relação entre nacionalismo, colonialismo/colonialidade e racismo para que, no próximo tópico, seja possível investigar suas implicações no caso brasileiro.

IV. Nacionalismo à brasileira

O Brasil possui uma história bastante atípica no que diz respeito à sua independência, uma vez que, diferentemente do que aconteceu nos outros países da América Latina, apesar da existência de lutas populares, ela foi resultado principalmente da união das elites do país, possibilitada sobretudo pela presença da família real de Portugal no território. O Estado-nação, nesse caso, foi constituído inicialmente como um Império comandado pelas mesmas figuras e nos mesmos moldes da metrópole.

Independentemente do seu sistema de governo, é fato que, enquanto nação, o Brasil precisaria então ser inventado ou *imaginado*. Para tanto, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, com o objetivo de “instaurar, enfim, o semióforo ‘Brasil’, oferecendo ao país independente um passado glorioso e um futuro promissor” (Chauí, 2001, p. 50). O Instituto realizou um concurso chamado “Como se deve escrever a história do Brasil?”, vencido pelo naturalista *alemão* Carl Friedrich Philipp von Martius.

Nota-se que, ao pensar a história do Brasil, no seu texto de 1843, Von Martius articula passado e futuro, origem e destino da nação, exemplificando bem aquilo que na primeira seção do trabalho foi identificado como a estrutura narrativa de todo nacionalismo.

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade de Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver pequenos confluente das raças índia e etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade para a qual o Império do Brasil é chamado (Von Martius, 1956, pp. 443).

Percebe-se que o autor alemão identifica a “mistura das três raças”, ao mesmo tempo, como a origem da nação brasileira e aquilo que definiria sua particularidade na contribuição para um suposto desenvolvimento universal da humanidade. Para ele, os historiadores poderiam “julgar o futuro” e “retirar projetos úteis” ao entenderem o que se fez no Brasil “para a educação moral e civil dos Índios e dos Negros” (Von Martius, 1956, p. 443). É dizer, a dissertação vencedora do concurso oficial defendia que a miscigenação seria a marca da identidade nacional, mas somente na medida em que significasse o branqueamento da população (absorção dos “pequenos confluente” pelo “poderoso rio”) e a modernização/europeização (“educação moral e civil”) dos povos racializados.

Tal ideia de que a miscigenação possibilitaria o branqueamento da população, no final do século XIX e início do século XX, conviviam com algumas teorias que, na verdade, enxergavam como um problema insolúvel para o país. Arthur de Gobineau, principal referência do chamado “racismo científico” e autor de *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1858), esteve em solo brasileiro por um ano como diplomata francês e “considerava a miscigenação uma das causas da degeneração civilizatória do país” (Silva, 2012, p. 198). Nina Rodrigues, médico racista nascido em solo brasileiro, chegou a fazer a seguinte afirmação: “mesmo nos mestiços mais disfarçados, naqueles em que o predomínio dos caracteres da raça superior parece definitiva e solidamente firmado, não é impossível revelar-se de um momento para outro o fundo atávico do selvagem” (Rodrigues, 1894, p. 161/162).

A identidade nacional brasileira foi sendo forjada, nesse sentido, a partir das diferentes

interpretações acerca do fenômeno da miscigenação e suas consequências, num período em que estava em alta o já mencionado “racismo científico”, teoria equivocadamente inspirada no evolucionismo darwinista, assim como a eugenia. João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi enviado, em 1911, ao I Congresso Internacional das Raças, onde apresentou ensaio em que “exaltava a mudança operante no local: ‘o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução’” (Schwarcz, 1994, pp. 137/138). O projeto racista também foi escancarado no I Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, quando o antropólogo Roquete Pinto, previu “um país cada vez mais branco: em 2012 teríamos uma população composta de 80% de brancos e 20% de mestiços; nenhum negro, nenhum índio” (Schwarcz, 2012, p. 21).

Muito pouco depois, durante o governo de Getúlio Vargas, a preocupação com a criação de um caráter nacional que possibilitasse o “sentimento nacionalista” fez com que a miscigenação, já sedimentada como a principal característica da nação, sofresse uma reinterpretação. O fenômeno começou a ser encarado estrategicamente como “prova da inexistência do racismo no Brasil, um traço estruturante da identidade nacional, traduzida na chamada ‘ideologia’ da Democracia Racial” (Silva, 2012, p. 213). Tal ideologia conviveu e jamais rompeu com as teorias expressamente racistas em voga à época.

A “estetização da democracia racial” como marca da identidade nacional brasileira fez como que a colonização fosse exaltada e que suas consequências (exploração, genocídio e escravização de pessoas) representassem “um mal necessário”. No caso da escravização de pessoas negras, a narrativa foi sendo construída em contraposição à realidade norte-americana, afirmando-se que a experiência brasileira teria um aspecto “positivo”, marcado pela relação entre “senhores severos mas paternais, ao lado de escravos fiéis” (Schwarcz, 2009, p. 40). Nesse ponto, Abdias do Nascimento é enfático no que concerne ao “mito do senhor benevolente”:

Durante séculos, por mais incrível que pareça, esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou a fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isto graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação (...). Essa rabulice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano. Porém, todas essas e outras dissimulações oficiais não conseguiram encobrir a realidade, que consistia no saque de terras e povos, e na repressão e negação de suas culturas – ambos sustentados e realizados, não pelo artifício jurídico, mas sim pela força militar imperialista. (Nascimento, 2016, p. 47).

Dessa forma, a identidade nacional brasileira foi *imaginada* a partir do *esquecimento motivado* do terrível passado colonial escravista, cuja herança permaneceu gerando impactos na sociedade e na política. Há que destacar a importante contribuição de Lélia Gonzalez (2020, p. 184) na crítica à ideia de que o Brasil seria uma “democracia racial”, quando ressalta que “o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava”, fatos ocultados de forma proposital por aqueles que “celebravam” a miscigenação.

A manipulação do passado a partir do que se escolhe esquecer ou ocultar, característica de toda narrativa nacionalista, relaciona-se com aquilo que Gonzalez (2020, p. 74) chamou de “neurose cultural brasileira”, uma vez que “o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios”. Quanto ao tema, a filósofa ainda utiliza outro conceito psicanalítico, a *denegação*, explicado como a recusa de pensamentos, desejos e sentimentos que, por isso, acabam *recalcados* no inconsciente (Gonzalez, 2020, p. 115). O racismo por denegação, ou disfarçado, característico de países da América Latina, entre eles o Brasil, seria marcado por uma estratégia muito mais sofisticada que a do “racismo aberto”: a propagação da ideologia do branqueamento.

O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes

mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (Gonzalez, 2020, p. 119).

Ao que parece, as narrativas nacionalistas brasileiras, sobretudo entre o século XIX e meados do século XX, tinham como elemento central da identidade nacional a miscigenação, a partir de uma interpretação que buscava ocultar, ao mesmo tempo, o terror do passado colonial e escravista e a primazia da ideologia do branqueamento. Por isso, o nacionalismo à brasileira, ligado a essa suposta comunidade *imaginada* que viveria uma “democracia racial”, reproduz a colonialidade, em especial no que diz respeito à exaltação do “homem branco europeu”. As consequências disso são, internamente, a perpetuação de uma estrutura racista e, externamente, a subordinação àqueles considerados “mais brancos”, não só do ponto de vista racial, mas em especial àqueles culturalmente e epistemologicamente identificados como “mais racionais”, “mais civilizados” ou “mais evoluídos”.

Ocorre que a memória, como destacado por Gonzalez (2020, p. 70), “tem suas astúcias, seu jogo de cintura”, e fala através de descuidos daquilo que a princípio está recalcado no inconsciente. Quando Renan fala que, para formar uma nação, os franceses devem ter esquecido o massacre ocorrido na noite de São Bartolomeu, o faz sabendo que, sendo voluntário, esse esquecimento permanece precário, refém do perigo dos estudos históricos, como ele próprio aponta. Talvez por isso, mais de duzentos anos após a independência formal do Brasil, a narrativa a respeito de uma suposta identidade nacional permanece em disputa, mantendo como cerne a questão racial e o questionamento do paradigma eurocêntrico e moderno que fundamenta a colonialidade.

V. Considerações finais

Apesar de sua plasticidade de sentidos, como demonstrado, os nacionalismos têm em comum uma estrutura narrativa ligada à temporalidade, que articula um momento fundador original e uma tarefa teológica da nação, considerando uma perspectiva linear e universal do desenvolvimento da humanidade. Uma vez que “a unidade se faz sempre brutalmente” (Renan, 2011, p. 06), no que concerne ao passado comum *imaginado* de uma nação, sua narrativa acaba por ocultar conflitos e contradições que marcam a história de seu povo e território. A defesa de qualquer homogeneidade, seja étnica, cultural ou de outra ordem, sempre carrega consigo a impossibilidade de existência, simbólica ou concreta, de experiências divergentes.

No que diz respeito à tarefa teleológica da nação, ela, no geral, está ligada a uma percepção de futura característica do pensamento moderno, em especial a partir das formulações de Descartes, Kant e Darwin e de alguns de seus intérpretes. Nesse sentido, é possível vislumbrar raízes epistemológicas comuns à modernidade, aos nacionalismos e à colonialidade, tendo como uma de suas principais características o racismo.

Admitindo-se que “a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido coisas”(Renan, 2011, p. 06), no discurso que introduz este trabalho, Bolsonaro parece ter buscado renovar uma espécie de contrato social que fundamenta o nacionalismo à brasileira a partir do mito da democracia racial e, não contraditoriamente, do próprio racismo. Isso significa que, ao recorrer à miscigenação como principal marca da identidade nacional brasileira e, ainda, utilizá-la como suposta prova da inexistência de conflitos raciais no Brasil, o ex-presidente reforça uma narrativa nacionalista que busca ocultar o tipo de experiência colonial que efetivamente marca a história do país, caracterizado sobretudo pela dominação, exploração, genocídio e escravização de povos não-europeus, tidos como não-brancos.

Muitos questionamentos surgem a partir desta pesquisa: Existem outras formas de imaginar a nação brasileira? É possível repensar a questão racial no Brasil, a partir da superação da colonialidade e da reinterpretação da miscigenação? O nacionalismo é mesmo necessário? Faz sentido pensá-lo mesmo frente à crescente globalização? Como articular identidade nacional e luta de classes nas relações internas e externas do país? Enfim, o caminho para se pensar o tema é longo e passa necessariamente por estudos interdisciplinares, com especial foco na história, na sociologia e na filosofia.

A verdade é que as ideias contidas na dissertação de Von Martius parecem ressoar nas expressões nacionalistas brasileiras até os dias de hoje. A suposta inexistência de conflito racial no Brasil seria, para essas narrativas, uma decorrência lógica da miscigenação. Ocorre que ela parece voluntariamente esquecer o projeto - já tratado como política de estado - de, através da “mistura de raças”, realizar-se o branqueamento da população (absorção dos “pequenos confluente” pelo “poderoso rio”) e a modernização/europeização (“educação moral e civil”) dos povos tidos como racializados. Trata-se daquilo que Gonzalez bem definiu como “neurose cultural brasileira”.

VI. Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, vol. 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELO BRANCO, Felipe. *Filosofia dos Nacionalismos Nacionalismos da Filosofia*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2020.

CHAUÍ, Marilena. *Basil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.

FITZPATRICK, Peter. *A mitologia da lei moderna*. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2007.

FREUD, Sigmund. *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume VI. Imago, 1901.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-latino-americano*. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Livro Digital: Zahar, 2020.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KANT, Immanuel. *Determinação do conceito de raça humana*. Kant e-prints. série 2, v. 7 de Campinas: jul.-dez. de 2012, pp. 28-45.

MBEMBE, Aquille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. *COLONIALIDADE: O lado mais escuro da modernidade*. Tradução de Marco Oliveira, RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, 2005, pp. 117-142.

RENAN, E. O que é uma Nação? (1882). Trad. Glaydson José da Silva. *Revista Aulas*. São Paulo. v. 1., n. 1, 1° sem. 2011. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>. Acesso em 20 dez. 2024.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SILVA, Mozart Linhares da. População-sacer e democracia racial no Brasil. *Sociedade e Estado*. vol. 32 n° 3, 2017.

SILVA, Mozart Linhares da. Miscigenação e biopolítica no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Vol. 4 N° 8, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos avançados*, v. 8, n.20, p. 137-152, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

VON MARTIUS, Karl Friedrich. *Como se deve escrever a História do Brasil?* Revista de Historia de América, No. 42 (Dec., 1956), pp. 433-458.